

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: PF sugere que Odebrecht deu dinheiro a Yunes em 2 parcelas e que citou ameaça](#).... 5

Valor Econômico

[Título: PT discute levantar o acampamento](#) 21

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Quem paga o pato	2
Título: A volta do carro a álcool	3
Título: O fator petróleo	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: PF sugere que Odebrecht deu dinheiro a Yunes em 2 parcelas e que citou ameaça....	5
Título: Após alta na produção do pré sal, Shell aumenta investimentos.....	6
Título: Escalada de preço do petróleo eleva em 30% distribuição de royalties no Brasil.....	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Mesmo com obras paradas, Comperj consome R\$ 2,7 bilhões da Petrobrás	10
Título: Milhares em vigia por vaga no Comperj	11
Título: Projeto coloca recursos da saúde e educação em gasodutos	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Imagem é tudo	14
Título: Dólar vai a R\$ 3,55 e petróleo dispara.....	14
VEÍCULO: Valor Econômico	16

Título: Petróleo sobe com decisão iminente de Trump sobre acordo com o Irã.....	16
Título: Privatizações envergonhadas	19
Título: PT discute levantar o acampamento	21
Título: Cade vai votar ação da Ânbar contra Petrobras	24
Título: Curtas	25
Título: Raízen investe em comercialização de energia elétrica	26
Título: BR revisa negócios e avalia parcerias na rede de postos.....	28
Título: Estaleiros veem chance de voltar a atender Petrobras	29
Título: Melhoram perspectivas para a cogeração.....	31

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Lydia Medeiros

Título: Quem paga o pato

Poder em Jogo

Mudanças na medida provisória do setor elétrico (MP 814) devem aumentar o custo da energia para os consumidores. Uma delas resulta de manobra do deputado Julio Lopes (PP-RJ) para criar a “Dutogás”, fundo para financiar a expansão de gasodutos. Lopes quer cobrar 1% dos usuários. Há reação no setor privado. “Achamos essencial investir em gasodutos, mas não com mais encargos setoriais e subsídios. A tendência é sempre aumentá-los”, critica o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Edvaldo Santana. O relatório tem votação prevista para hoje. O conjunto de mudanças proposto pelo deputado deve resultar em aumento de R\$ 8 bilhões numa conta de subsídios às empresas do setor elétrico que, hoje, retiram R\$ 19 bilhões por ano do bolso dos consumidores.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: A volta do carro a álcool**

A dica é da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Com o preço do petróleo, ontem, atingindo US\$ 76 — enquanto o do etanol continua descendo no mercado interno —, é mais econômico hoje, para quem tem carro com motor flex, usar o álcool em alguns lugares do país, incluindo São Paulo.

O Rio agradece...

Aliás, até março, os royalties subiram 23,8% em relação a 2017. A participação especial cresceu 60%. O total (royalties mais participação especial) chegou a R\$ 11,1 bilhões, 40% a mais que o alcançado até março de 2017

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Míriam Leitão****Título: O fator petróleo**

COM MARCELO LOUREIRO

Nos cenários até bem pouco tempo atrás não constava o petróleo a US\$ 75 como o Brent estava sendo cotado ontem. Petróleo é sempre surpreendente em suas altas e quedas. É uma soma de fatores que o faz oscilar. Desta vez tem o acordo com o Irã, a piora da Venezuela, os cortes de produção da Arábia Saudita e, sobretudo, o fator Trump. O preço vai continuar oscilando, com todos os seus efeitos sobre a economia.

O maior impacto da alta do petróleo é na inflação, mas o Brasil está na confortável situação de ter a taxa abaixo do piso da meta. Só que agora há vários pontos de pressão: a tarifa de energia está em alta e pode se elevar um pouco mais com a subida do petróleo, os combustíveis aumentaram ontem porque eles acompanham as cotações internacionais, e o dólar também está subindo. Na semana que vem o Banco Central vai se reunir para discutir se haverá mais um corte na taxa Selic, mas muito provavelmente será a última redução, porque agora há pressões inflacionárias. O Brasil prepara dois leilões do pré-sal, um para junho e outro para setembro. É possível que a cotação esteja alta quando eles acontecerem. Mas isso não necessariamente vai inflar as ofertas que as empresas farão, conta Antonio Guimarães, secretário-executivo do Instituto Brasileiro do Petróleo. Embora o preço mais elevado aumente a

geração de caixa das empresas que disputarão o leilão, a decisão de um investimento de longo prazo passa por outras variáveis.

Na hora de dar o lance, as petroleiras focam no break even, o preço de equilíbrio para viabilizar o campo de petróleo, o quanto custa investir e operar e ainda pagar impostos. No pré-sal brasileiro, esse indicador está em torno de US\$ 35 o barril. Nesses níveis, o pré-sal despertou interesse das maiores empresas do mundo nos últimos leilões. O estrategista-chefe da XP, Celson Plácido, admite que o petróleo em alta é uma surpresa porque muitos especialistas achavam que a recuperação dos preços, que mergulhou para US\$ 28 em 2016, não ocorreria tão rapidamente. Ele diz que parte das surpresas vieram da economia real. Nos Estados Unidos, o governo Barack Obama deixou o país crescendo e o desemprego caindo. Isso se acelerou e o desemprego chegou a 3,9% em abril. Os estoques de combustíveis nos Estados Unidos caem a cada semana e estão nos níveis mais baixos dos últimos cinco anos. O consumo na Europa no último inverno foi intenso.

Na Ásia, a venda de automóveis está em ritmo acelerado. Junte-se a este aumento de demanda o fator Donald Trump, que está estimulando mais a economia e criando pontos de incerteza na conjuntura. — Estados Unidos, Europa e Ásia crescem mais do que se imaginava. As incertezas aumentaram com a ameaça de guerra comercial, os conflitos na Síria, e o jeito pouco diplomático do presidente americano — diz Plácido. O governo dos EUA vai decidir hoje se sairá ou não do acordo nuclear com o Irã. Se sair, serão refeitas as sanções contra o país. Isso poderá tirar um milhão de barris do mercado. A Venezuela já reduziu à metade a sua produção nos últimos anos, para 1,5 milhão de barris. No próximo dia 20, o governo de Caracas fará mais uma de suas eleições manipuladas e desta vez a Casa Branca pode vir a adotar novas sanções contra a Venezuela, que ficaria sem seu maior mercado. Os EUA compram um terço do que a Venezuela extrai.

A Arábia Saudita quer continuar cortando a produção e a decisão final será na reunião da OPEP em junho. Por tudo isso, Plácido acha difícil prever uma queda a curto prazo, e lembra que a cada 10% de aumento do preço da gasolina, o índice de inflação no Brasil sobe 0,3%. O professor Eloi Fernández, da PUC-Rio, acredita que o “shale gas” deve ajudar a limitar os preços do barril no médio prazo. A produção do gás não convencional foi reduzida com a queda dos preços e pode voltar a subir, porque a cotação mais alta torna atrativa a exploração dessa fonte em alguns campos nos EUA. Aumentou a incerteza mundial um pouco mais. Com o petróleo em alta, inflação sendo estimulada pelo governo Trump, tensões em série no mercado e corte de produção, o risco maior é afetar o crescimento internacional. Em ambiente de crise fica mais difícil para o Brasil corrigir os problemas da economia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Poder****Autor: Letícia Casado e Fábio Fabrini****Título: PF sugere que Odebrecht deu dinheiro a Yunes em 2 parcelas e que citou ameaça**

Indicação consta de laudo da corporação no sistema de propina da empreiteira; amigo de presidente diz que não tem relação com caso

Brasília- Laudo da Polícia Federal indica que o advogado José Yunes, amigo do presidente Michel Temer, recebeu R\$ 1 milhão da Odebrecht em duas parcelas de R\$ 500 mil. O segundo repasse, de acordo com análise dos investigadores, só teria ocorrido mediante pressões sobre a empreiteira e até a ameaça de um escândalo em Brasília.

O laudo foi elaborado a partir de novos arquivos entregues pela Odebrecht à Lava Jato,.

A perícia da PF foi concluída em abril deste ano e integra o inquérito que apura se Temer e aliados negociaram, em reunião no Palácio do Jaburu, R\$ 10 milhões em doações ilícitas de campanha para integrantes do MDB.

Os peritos recuperaram planilhas com a programação do suposto pagamento a Yunes, bem como dados da liquidação desse repasse. Além disso, foi encontrado um e-mail no qual integrantes do esquema de corrupção da Odebrecht relatam pressão para que recursos fossem pagos.

Como a Folha revelou no domingo, em depoimento prestado à PF, o policial militar Abel de Queiroz disse ter ido duas vezes ao escritório do advogado para fazer entregas de dinheiro.

Uma das planilhas esboçadas no laudo descreve a programação inicial de pagar R\$ 1 milhão, em 26 de agosto de 2014, por meio de compromisso firmado com "Angorá" —codinome associado aos ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, e de **Minas e Energia, Moreira Franco**. A senha para a entrega dos recursos seria "Pássaro".

Num outro registro, consta que esse pagamento deveria ser feito "na rua Capitão Francisco, 90, Jardim Europa", onde funciona o escritório de Yunes."

Procurar o sr. José Yunes ou a sra. Cida", diz o texto localizado pela PF. Uma terceira tabela, intitulada "extrato bancário", indica que, em vez de R\$ 1 milhão, foram repassados inicialmente R\$ 500mil.

Essa movimentação financeira, datada de 1º de setembro de 2014, tem o mesmo código de requisição que consta da programação inicial de pagamento no escritório de Yunes. O e-mail encontrado no material apresentado pela Odebrecht foi escrito em 30 de setembro de 2014, ou seja, quando, no entendimento da PF, os primeiros R\$ 500 mil já teriam sido pagos.

Foi enviado por Waterloo —codinome que seria de a Fernando Migliaccio, executivo do departamento de propinas da empreiteira— a Vinho, o doleiro Álvaro Novis, que trabalhava para a empreiteira. No texto, Waterloo diz que a programação de pagamento era de R\$ 1 milhão, mas, por "questões de caixa", só havia autorizado pagar R\$ 500 mil.

Ele alega que a situação não poderia perdurar, em função do perfil do beneficiário dos recursos. "Dado o nível da pessoa, tanto do ponto de vista político, como do ponto de vista de caráter, não posso ficar com essa exposição", escreveu.

Na sequência, Waterloo relata intimidações. "Preciso resolver os R\$ 500 mil que ele alega não ter recebido. Já ameaçou fazer escândalo em Brasília e o pior é que ele co-nhece muito do nosso esque-ma. Ou seja, não dá para vaci-lar com este sujeito", alertou. O texto não deixa claro quem é a pessoa que fez a ameaça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Após alta na produção do pré sal, Shell aumenta investimentos

Mercado Aberto

A Shell aumentou sua extração de petróleo do pré-sal em 100 mil barris diários nos últimos 18 meses. A multinacional produz cerca de 350 mil barris de petróleo diários hoje no país.

Nos leilões de blocos exploratórios realizados neste ano, a empresa adquiriu participação em quatro.

Com essa alta, a petroleira vai investir cerca de US\$ 60 milhões (R\$ 213,1 milhões) em projetos de pesquisa no Brasil neste ano. Os aportes vão superar os valores de 2017.

A empresa, que é obrigada a investir no Brasil 1% de sua receita obtida na exploração de campos de petróleo nacionais, prevê aportar US\$ 240 milhões até 2020.

“O país é o nosso quarto maior destino de investimentos [atrás de EUA, Catar e Austrália] . Como pensamos em longo prazo, não restringimos os montantes em época de eleição”, diz o CEO, André Araújo.

Um dos estudos em desenvolvimento é um robô para a inspeção de navios-tanque na Bahia, que terá aporte de R\$ 15 milhões em 2018.

“Ele é lançado pelo convés e é capaz de remover sujeira do casco. A ideia é licenciar a tecnologia para o mercado até 2020”, diz Giancarlo Ciola, gerente de inovação da empresa.

“Estudamos ainda formas de mitigar emissão de metano, por exemplo”, diz Araújo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Escalada de preço do petróleo eleva em 30% distribuição de royalties no Brasil

Valorização de janeiro a abril ajuda o caixa de estados e municípios, mas encarece os combustíveis

A disparada das cotações internacionais do petróleo pode ser motivo de preocupação para consumidores de combustível, mas tem ajudado estados e municípios em dificuldades. A arrecadação com royalties do petróleo subiu 23,4% nos primeiros quatro meses do ano, chegando a R\$ 6,4 bilhões.

Considerando o pagamento de participações especiais — espécie de Imposto de Renda cobrado sobre grandes campos produtores — os beneficiários pela renda do petróleo arrecadaram R\$ 11,8 bilhões no primeiro quadrimestre, 30% a mais do que no mesmo período de 2017.

Os royalties são calculados mensalmente de acordo com uma fórmula que considera a produção de cada campo, o preço do petróleo e a taxa de câmbio. E é dividida entre a União e estados e municípios produtores.

Já a participação especial é paga por trimestre e varia de acordo com a rentabilidade de cada campo produtor. Em fevereiro, foram depositados R\$ 5,4 bilhões referentes à produção do quarto trimestre de 2017.

Dentre os maiores beneficiados com o aumento dos preços, está o estado do Rio de Janeiro —que vem sofrendo nos últimos anos de grave crise financeira também causada pela queda do petróleo — e municípios com grande produção, como Macaé, Maricá e Niterói, no Rio, e Ilhabela, em São Paulo.

Na primeira revisão de seu orçamento, feita em fevereiro, o governo fluminense ampliou a estimativa de arrecadação com petróleo em 2018 para R\$ 8,7 bilhões, ante os R\$ 7,8 bilhões projetados quando o orçamento foi elaborado, em setembro de 2017.

Os recursos estão ajudando a cobrir parte do rombo do Rioprevidência, o fundo de aposentadoria dos servidores estaduais, e liberando outras fontes de receita para regularizar os salários, que foram postos em dia em abril, após mais de dois anos com atrasos.

O último relatório de acompanhamento do Regime de Recuperação Fiscal do Rio, referente ao mês de janeiro, destacou “o bom desempenho das receitas tributárias e receitas advindas de royalties e participações especiais do petróleo”, que superaram as projeções.

O especialista em contas públicas Raul Velloso diz que um sinal do efeito benéfico na arrecadação foi o anúncio pelo governo federal, neste domingo (6), deliberação de crédito suplementar de R\$ 4 bilhões referentes a royalties e compensações pelo uso de recursos hídricos.

O dinheiro pertence aos estados e municípios beneficiados, mas como as projeções anteriores de arrecadação foram superadas, o desembolo foi necessário.

“É um efeito dessa alta do petróleo. Mas resta saber até quando isso vai durar”, afirma Velloso, que aposta em manutenção do quadro pelo menos durante o cenário eleitoral, que impacta a taxa de câmbio.

Nesta segunda (7), o petróleo WTI, negociado em Nova York, ultrapassou a barreira dos US\$70 por barril pela primeira vez desde 2014.

O Brent, negociado em Londres, também vem mantendo patamares de quatro anos atrás: nesta segunda, fechou em US\$75,53.

A alta sustentada, aliada à disparada da cotação do dólar, ameaça o bolso dos brasileiros ao pressionar os preços dos combustíveis: a gasolina, por exemplo, está sendo vendida pelas refinarias da Petrobras pelo maior valor desde que a estatal iniciou sua política de reajustes diários.

Nesta segunda, a Petrobras anunciou aumento de 7,1% no preço do gás de cozinha vendido em grandes vasilhames e a granel, mais consumidos por indústria e comércio. Foi o segundo aumento seguido —em abril, a alta foi de 4,7%.

Por outro lado, com as cotações do petróleo em alta, Estados e municípios produtores têm arrecadado mais do que em anos anteriores. Os R\$ 11,8 bilhões acumulados em 2018 já representam mais do que o dobro da receita obtida com petróleo em 2016, R\$ 5,7 bilhões.

O valor ainda é menor do que o pico de arrecadação com a rubrica, registrado em 2014, de R\$ 13,4 bilhões. Mas a perspectiva para o ano é que os valores permaneçam em alta, diante de incertezas com o cenário político no exterior e no Brasil e da queda dos estoques nos Estados Unidos.

“O inverno foi mais rigoroso do que em outros anos e os estoques americanos caíram também. E, olhando para o futuro, o que se vê é uma queda de produção”, diz Manuel Fernandes, sócio da consultoria KPMG. A cotação do WTI subiu 17% desde o fim de 2017, até os US\$ 70,81 do fechamento desta segunda.

O risco de rompimento do acordo que pôs fim ao embargo econômico ao Irã e a delicada situação na Síria também têm pressionado os preços. A crise na Venezuela, dona das maiores reservas mundiais, é outro fator, diz o especialista.

No Brasil, o impacto da alta das cotações internacionais é ainda maior por causa da desvalorização do real frente ao dólar, que acumula quase 10% de alta no ano e tende a sofrer pressão até as eleições.

Fernandes, porém, vê o cenário como positivo. “Para um país exportador, o petróleo caro é bom”, explica.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: Mesmo com obras paradas, Comperj consome R\$ 2,7 bilhões da Petrobrás**

Petróleo. Estatal suspendeu construção do Complexo Petroquímico do Rio em 2015, mas ainda teve gastos bilionários para paralisar as obras de vez: ideia agora é retomar uma pequena parte do projeto, com um novo contrato estimado em R\$ 1,9 bilhão

Mesmo depois de anunciar a paralisação das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), a Petrobrás ainda teve gastos de R\$ 2,7 bilhões com o projeto. Em 2015 e 2016, o dinheiro serviu para pagar obras já realizadas e encerrar contratos. No ano passado, houve novos desembolsos necessários para retomar uma pequena fatia do projeto – uma unidade de processamento de gás natural, que começa a ser construída este ano, para atender o pré-sal. O Comperj, na cidade de Itaboraí (RJ), é um dos maiores símbolos da corrupção que envolveu a Petrobrás e que iria desembocar na Operação Lava Jato. O complexo, que deveria processar o petróleo e o gás extraídos no pré-sal, começou a ser construído em 2008, com um custo estimado inicialmente em US\$ 6,1 bilhões. Mas as fraudes na construção elevaram essa conta estratosféricamente.

Em 2014, ainda em fase inicial de implementação, o projeto começou a ser abandonado e, em 2015, o então presidente da companhia, Aldemir Bendine, atualmente preso na Lava Jato, anunciou sua suspensão. O Tribunal de Contas da União (TCU) estimou que as perdas da estatal com o projeto chegaram a US\$ 12,5 bilhões – ou quase R\$ 45 bilhões, no câmbio de ontem. Em seu relatório, o ministro do TCU Vital do Rêgo disse que foram identificados indícios de gestão temerária, “caracterizada por decisões desprovidas das cautelas necessárias”, que resultaram em um “empreendimento inviável economicamente”. Mesmo parado, o Comperj nunca deixou de pesar no caixa da Petrobrás. Em 2015 e 2016, foram R\$ 2,55 bilhões de gastos.

Segundo a estatal, “ao longo de 2015, a desmobilização de contratos da Refinaria Trem 1 (primeira fase do projeto) ocorreu de forma gradativa. Assim, o investimento medido naquele ano contempla custos de obras realizadas até a paralisação. O ano de 2016 contempla custos de encerramentos contratuais”. Em 2017, foram gastos mais R\$ 166 milhões, dessa vez para preparar a retomada de uma fatia das obras. A estatal passou a ter despesas com a preparação das licitações da planta de gás natural e de unidades de apoio para as obras. “Para permitir a realização de atividades de contratação em Itaboraí,

são necessários contratos de apoio, como: operação de subestação e fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água, TI, brigada de incêndio, segurança patrimonial”, entre outras atividades, disse a empresa.

Novo contrato. Com a unidade de processamento de gás, para cuja construção foi escolhido um consórcio formado pela chinesa Shandong Kerui e a brasileira Método Potencial – um contrato de R\$ 1,9 bilhão –, o Comperj terá em funcionamento apenas uma ínfima parte do que foi projetado. Mas, para a Petrobrás, é uma parte importante. Sem essa unidade, não haverá para onde escoar o gás natural que será produzido a partir de 2021 na área de Libra, na Bacia de Santos. A opção seria queimar o combustível nas plataformas, o que traria prejuízo ambiental, financeiro e geraria multa por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Milhares em vigia por vaga no Comperj

Construção de unidade de processamento de gás já provoca até disputa entre municípios

Desde setembro do ano passado, quando a Petrobrás anunciou o consórcio vencedor da licitação para construir a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em Itaboraí (RJ), milhares de desempregados ocupam diariamente as calçadas de dois pontos da cidade: o sindicato dos trabalhadores do setor e o escritório da Shandong Kerui e Método Potencial, responsáveis pela obra e contratações. Eles sabem que as vagas só devem surgir no segundo semestre. “Mas a gente tem de vencer pelo cansaço. Quem não é visto não é lembrado”, disse Herivelton Frazão, de 47 anos, sem trabalho formal há três anos. No início da noite da sexta-feira passada, ele e mais sete homens permaneciam sentados na calçada em frente ao escritório do consórcio construtor da unidade de gás, no centro da cidade, à espera de um milagre. O grupo conta que a estratégia nos últimos meses tem sido ficar disponíveis caso alguém apareça na porta do escritório para oferecer uma vaga. Por isso, chegam cedo, por volta das 6h da manhã, e só saem no fim do dia, às 20h.

Alguns se mantêm nas calçadas de domingo a domingo, por 24 horas, como o ajudante de obras Sérgio Luiz de Souza Filho, de 26 anos, pai de quatro filhos e há dois anos sem trabalho. “Ficar dentro de casa não adianta nada.” Eles só deixam o local no início das tardes para caminhar até a porta do Sindicato dos Trabalhadores de Manutenção e Montagem Industrial do Município (Sintramom)

e se informar sobre possíveis novidades. “Não tem vaga para todo mundo. Tem de ficar em cima”, afirmou Artur Ribeiro, de 37 anos, formado em administração, com experiência em departamentos de recursos humanos de empreiteiras. A notícia de que uma única unidade produtiva vai ser instalada no Comperj desencadeou também a batalha das prefeituras de Itaboraí e de municípios vizinhos – principalmente Niterói e São Gonçalo – e do sindicato pelas vagas que vão surgir.

Presidente do Sintramon, Paulo César dos Santos Quintanilha conta que foi até o canteiro de obras para reclamar com uma empresa contratada pela Petrobrás por ter empregado cinco trabalhadores de Minas Gerais. Sem revelar o nome da prestadora de serviço, disse que têm sido recorrentes as conversas de conscientização da importância de contratação local, principalmente dos demitidos das obras do Comperj nos anos de 2014 e 2015. Contingente. No auge da atividade, em 2011 e 2012, 38 mil chegaram a ser empregados, dos quais cerca de 500 permanecem para tomar conta do que restou, segundo o sindicato. A expectativa, no entanto, é de que o número de vagas geradas com a unidade de gás não ultrapasse 5 mil, contingente previsto para 2019.

“Estamos discutindo muito para não ter invasão em Itaboraí. Tem muita gente sem trabalho nas cidades vizinhas por causa dos estaleiros que foram fechados. As empresas (contratadas pela Petrobrás para as obras no complexo petroquímico) falam em aderir”, disse Quintanilha. Gerente de Implantação do projeto UPGN/Rota 3 da Petrobrás, Frederico Doherty alega que a petroleira não pode interferir na decisão de quem suas fornecedoras vão empregar. Mas aposta que os desempregados do Comperj terão prioridade. A avaliação do prefeito de Itaboraí, Sadinoel Souza (PMB), é que famílias de várias partes do País já chegam à cidade desde o ano passado, com o anúncio da retomada. Ainda assim, o prefeito comemora que parte do gás natural do pré-sal seja processado na cidade a partir de 2020.

A projeção é que, apenas no período de construção da unidade, até 2020, a arrecadação de ISS pule para R\$ 150 milhões. Em 2017, foi de R\$ 3 milhões. “Mas a geração de renda é o que tem impacto, o trabalho indireto”, disse. Para dar uma dimensão da crise, o prefeito conta que tomou a decisão de nunca pagar o salário dos servidores públicos numa quinta ou sexta-feira. Assim, evita que o dinheiro gerado no município abasteça a economia de outras cidades. “Hoje temos uma violência em Itaboraí jamais imaginada. Com a retomada das obras isso vai melhorar. Vamos conseguir empregabilidade.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Projeto coloca recursos da saúde e educação em gasodutos**

Proposta incluída em MP retira 20% dos recursos do Fundo Social do Pré-sal e cria fundo para construção de dutos

Uma das propostas em tramitação no Congresso pode retirar 20% das receitas do Fundo Social do Pré-Sal, destinadas a investimentos em saúde e educação, para subsidiar a expansão da rede de gasodutos do País, por meio de um fundo batizado de Dutogas. A ideia, porém, seria inconstitucional, pois somente o Poder Executivo pode criar fundos, segundo nota técnica da Consultoria Legislativa do Senado sobre a Medida Provisória 814/2017, que diz respeito à privatização das distribuidoras da Eletrobrás. “A proposta reduz verbas para esses setores (educação e saúde) para subsidiar atividades da indústria de gás natural. Enfatiza-se que os recursos retirados do Fundo Social e alocados no Dutogas (não são retornáveis”, diz a nota técnica, que aponta para a inconstitucionalidade do dispositivo.

A criação do Dutogas está no relatório da MP 814/2017, apresentado pelo relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ). O presidente da comissão especial, senador Eduardo Braga (MDBAM), deve submeter o texto para votação hoje. Infraestrutura. Segundo Júlio Lopes, o Dutogas seria uma “contribuição enorme” ao País. O deputado destacou, porém, que a proposta pode ser retirada do relatório caso os parlamentares da comissão ou do plenário não concordem com ela. “Não acho que tire recursos de saúde e educação. Acho que coloca. Quando se investe em infraestrutura, damos capacidade para o Brasil reagir economicamente”, disse. Na avaliação do deputado, sem os dutos, o País “joga fora” gás todos os dias. “Se tirarmos gás do pré-sal e fizermos uma central termelétrica no Comperj, estaremos na boca do consumo.

Seria um gasoduto entre os mais rentáveis do mundo.” O presidente executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado, Augusto Salomon, defende a proposta. Nas contas da entidade, R\$ 1,2 bilhão em recursos do Fundo Social iriam para o setor. “Retira-se 20% do fundo, mas se gera uma riqueza muito maior, pois seria possível escoar mais gás do pré-sal.” Encargo. No relatório, além de receber recursos do Fundo Social do Pré-Sal, o Dutogas contaria com recursos do Orçamento e de um novo encargo na conta de gás.

Essa taxa recolheria 1% da receita vinda do pagamento do preço de transporte dos gasodutos existentes. A iniciativa, de acordo com a nota técnica, pode

e elevar as tarifas de transporte de gás e o preço ao consumidor. O presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace), Edvaldo Alves de Santana, compara o encargo à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo embutido na conta de luz dos consumidores que banca diversos subsídios e hoje custa R\$ 18 bilhões. “O Dutogas é talvez a criação mais inusitada da MP 814. Inaugura os encargos no segmento de gás natural. Como todo o encargo, você só sabe como ele começa, nunca como ele acaba, se é que acaba”, disse Santana.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Imagem é tudo

A reunião de hoje do governo com os líderes para a retomada de votações vai muito além da necessidade de aprovação de temas como cadastro positivo e reoneração da folha de pagamento. É que, se o Planalto não mostrar algum controle sobre a base aliada, aprovando projetos de seu interesse, a confiança que ainda resta entre os agentes econômicos vai para abaixo da linha do pré-sal.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Dólar vai a R\$ 3,55 e petróleo dispara

O clima tenso nos mercados internacionais, ontem, lançou novas sombras sobre os países emergentes. O barril do petróleo superou os US\$ 76, patamar que não era registrado desde 2014. A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) caiu 0,49%, em meio à nova desvalorização do real frente ao dólar, que atingiu R\$ 3,553, o maior nível em quase dois anos. O aumento da desconfiança dos investidores, que derrubou o peso argentino na semana passada, fazendo o governo de Mauricio Macri elevar a taxa básica de juros para 40% ao ano, caiu ontem sobre a Turquia (veja matéria ao lado).

O cenário tumultuado, aqui e lá fora, reflete o aumento das apostas de que o crescimento global e as exportações serão menores do que o previsto neste ano. A alta dos juros na Argentina deverá, inclusive, afetar o Brasil, porque terá impacto direto no processo de recuperação que o país vizinho vivia desde 2016. Macri não conseguiu derrubar a inflação, que roda acima de 20% ao ano, muito menos evitar a desvalorização do peso, o que está elevando as desconfianças

sobre a retomada econômica.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, apesar de ter maior respaldo político internacional do que o do governo de Michel Temer, Macri entregou menos que o emedebista em termos de reformas. “O Brasil é menos afetado pela crise lá fora por ter retomado uma boa trajetória macroeconômica desde 2016”, avaliou. Para ele, no entanto, haverá setores que sofrerão impacto da nova crise no país vizinho, que é um importante destino para as exportações nacionais. “A indústria automotiva está entre as que devem ser mais afetadas, mas a demanda interna está indo bem e pode ser um contraponto para a eventual queda nas vendas para a Argentina.”

Preocupações

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, reforçou que, com a nova crise, a Argentina não poderá contribuir para a melhora das exportações brasileiras neste ano, como ocorreu em 2017. “A recuperação da economia da Argentina dá sinais de que está perdendo força. Antes, era fácil dizer que o país crescerá mais de 4%, agora, é difícil acreditar que conseguirá ter uma expansão de 3% — e isso vai ter impacto no Brasil”, explicou.

Além das preocupações com o aumento do déficit nas contas externas da Argentina, a quebra da safra de soja neste ano, no país vizinho, contribui para piorar as expectativas, porque impacta negativamente as previsões do crescimento econômico, que estavam bem acima das projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, lembrou Castro. A tendência, segundo ele, é de que as taxas de expansão dos dois países fiquem parecidas. Enquanto o governo brasileiro ainda aposta que o PIB vá crescer 3% neste ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê taxa bem menor, de 2,3%. Para o PIB argentino, o organismo estima alta de 1,9%, após avanço de 2,8% em 2017.

Quebra

“Tudo é consequência. Os juros da Argentina em patamar tão elevado vão inibir o consumo da população. Além disso, a quebra da safra de soja implicará aproximadamente US\$ 6 bilhões a menos na receita com as exportações do produto. Isso fará falta no consumo interno”, alertou Castro. “No fundo, o crescimento menor da Argentina será o menor dos problemas. A quebra da safra deverá impactar mais fortemente as exportações de máquinas agrícolas do Brasil”, emendou. De acordo com Castro, a previsão de crescimento de 12% nas exportações brasileiras para a Argentina neste ano deverá ser revisada para baixo.

No ano passado, veículos foram responsáveis por mais de 50% das vendas brasileiras para o mercado vizinho, que figura entre os principais destinos dos produtos nacionais, conforme dados da AEB. O superavit comercial que o Brasil teve com a Argentina no ano passado, de US\$ 8 bilhões, também deverá encolher neste ano, pelas estimativas de Castro. Ele destacou que as exportações brasileiras como um todo estão caindo em torno de 3%, mas as vendas para a Argentina ainda crescem, embora as taxas inicialmente previstas não se sustentem mais. Segundo a AEB, o valor das exportações de automóveis cresceu 42,9% em 2017, mas, neste ano, o ritmo já caiu praticamente pela metade (22%).

Castro lembrou ainda que até mesmo as importações brasileiras do país vizinho, com alta de 64% de janeiro a abril, deram sinais de desaceleração no mês passado. “A demanda interna também está diminuindo, porque a economia brasileira não está se recuperando como se esperava no início do ano. O ritmo é mais lento”, frisou.

- **Impasse com o Irã**

O barril do petróleo voltou a ser negociado acima de US\$ 70 por causa da ameaça dos Estados Unidos de romper o acordo nuclear com o Irã, sinalizando a ampliação das sanções contra o país persa. O presidente Donald Trump criticou o acordo fechado pelo governo anterior com Teerã, afirmando que foi o “pior já feito”, por suspender as sanções que vinham sendo aplicadas desde 2015. Se Trump confirmar a volta das sanções contra o Irã, a oferta global de petróleo poderá ser reduzida em 800 mil barris diários, de acordo com agências internacionais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Por Alison Sider e Stephanie Yang | Dow Jones Newswires

Título: Petróleo sobe com decisão iminente de Trump sobre acordo com o Irã

O presidente Hassan Rouhani indicou que o Irã pode continuar no acordo nuclear se tiver garantias dos europeus

Os preços do petróleo nos EUA subiram acima de US\$ 70 o barril pela primeira vez desde 2014, no mais recente sinal de que o crescimento econômico dinâmico e a preocupação dos investidores com o risco de conflito no Oriente Médio estão mais uma vez remodelando o setor energético mundial.

A marca de US\$ 70 por barril representa uma vitória para a Arábia Saudita, que no fim de 2016 liderou um histórico acordo de corte de produção pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e outros grandes produtores, inclusive a Rússia. Isso ajudou a reduzir um enorme superávit petrolífero mais rapidamente do que muitos esperavam em Wall Street.

A recuperação do preço também é um alívio para as petrolíferas americanas, que tiveram de suportar uma queda nos preços que chegaram a bater nos US\$ 26 em 2016. As ações das refinarias americanas estão dentre as que exibem melhor desempenho neste ano, já que a demanda pelo combustível continua crescendo.

Mas oferta, demanda e estoques estão longe de ser os únicos fatores em ação. Os preços do petróleo subiram quase 14% no mês passado, quando o presidente Donald Trump indicou que os EUA provavelmente se retirarão de um acordo firmado com o Irã em 2015, que amenizou as sanções internacionais ao Irã em troca de restrições ao seu programa nuclear. Ontem, Trump tuitou que anunciará hoje à tarde sua decisão sobre a permanência ou não dos EUA no acordo.

Se Trump decidir renunciar ao acordo com o Irã, isso levanta a perspectiva de novas sanções que poderão reduzir a produção de petróleo do país persa.

"Havia uma visão segundo a qual vivemos um momento pós-geopolítico" como resultado de um mercado com excesso de oferta, disse Helima Croft, estrategista da RBC Capital Markets. "Agora estamos realmente voltando a ver o peso da geopolítica."

A alta dos preços do petróleo pressionará as margens das empresas que operam no setor de transportes nos EUA, como companhias aéreas, ferroviárias, empresas de transporte e serviços de entrega, que passarão a pagar mais pelo combustível, após anos de redução de custos. Os fabricantes de automóveis podem ter motivos para preocupação, já que os utilitários que têm impulsionado as vendas de automóveis, podem se tornar menos atraentes para os consumidores com os preços nos postos próximos a US\$ 3 o galão.

Na Bolsa Mercantil de Nova York, o petróleo para entrega em junho subiu 1,45%, para US\$ 70,73 por barril. O tipo Brent, uma referencial mundial, subiu 1,74%, para US\$ 76,17. Esses são os valores mais altos para os dois tipos desde novembro de 2014.

O príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, quer elevar os preços mundiais do petróleo para ao menos US\$ 80, disseram autoridades

governamentais sauditas. Preços mais altos dão aos sauditas maior margem para aprovar uma ampla reforma econômica, disseram analistas.

Mas alguns membros da Opep têm sido mais cautelosos, considerando suas perspectivas de produção para o longo prazo. O ministro iraniano de petróleo, Bijan Zanganeh, disse ao "The Wall Street Journal" em março que um petróleo em torno de US\$ 60 seria o ideal.

Há "países que estão preocupados com o fato de que um petróleo demasiado caro irá realmente desacelerar a demanda", disse Amy Myers Jaffe, do Council on Foreign Relations. "Considerando uma perspectiva para daqui a 10 anos, ter um período de preços muito altos para o petróleo sem dúvida acelerará a tendência de menor uso de petróleo."

Fatores fora do controle da Opep contribuíram para elevar os preços do petróleo. Por exemplo, a produção venezuelana vem caindo mais rápido do que o esperado, com o agravamento de sua crise política e econômica. "Todo o dia surge um novo fato que não é bom para sua capacidade de produção", disse Croft.

Alguns analistas disseram que o risco geopolítico causou pânico injustificado, e se os temores acabarem se revelando exagerados, os investidores podem sair de cena.

"Um desanuviamento da tensão geopolítica deve desencadear uma fuga de investidores", alertaram analistas do Citigroup.

Nos EUA, produtores de petróleo de xisto já aproveitaram os preços mais altos para contratar trabalhadores e comprar equipamentos. A produção subiu acima de 10 milhões de barris por dia - a maior em todos os tempos.

"Os altos preços do petróleo não são necessariamente ruins para a economia americana. As coisas não são mais tão preto no branco como antes", disse Joe McMonigle, analista na Hedgeye Risk Management.

Desde que a proibição das exportações de petróleo bruto foi suspensa em 2015, as vendas de petróleo americano passaram a ser direcionadas para a Europa, Ásia e América do Sul e conquistaram participação em mercados antes dominados por fornecedores do Oriente Médio.

Embora os consumidores americanos já tenham começado a pagar mais, o petróleo teria que subir para entre US\$ 80 e US\$ 100 o barril para esfriar a demanda, disse a refinadora Valero Energy a investidores no mês passado.

Mas a perspectiva de inflação mais alta poderá pressionar o Fed (Federal Reserve, banco central dos EUA) a elevar os juros de forma mais agressiva. Em março, a medida preferencial do Fed para a inflação subiu 2% ao ano, a maior alta desde fevereiro de 2017.

"Embora não esperemos que o aumento dos preços do petróleo tenha um grande impacto negativo sobre a economia americana como um todo, advertimos para que não sejamos excessivamente complacentes supondo que a crescente produção de energia dos EUA irá blindar a economia", disse a Pimco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Por Roberto Castello Branco

Título: Privatizações envergonhadas

A sociedade brasileira, acionista controladora da Petrobras, sofreu perdas substanciais provocadas pela combinação de má gestão e corrupção característica do populismo, ideologia predominante no Brasil há algumas décadas.

A natureza do exercício de práticas populistas compreende tipicamente a redistribuição de renda em favor de grupos de interesses. Assim, muitos bilhões de dólares foram transferidos dos acionistas da Petrobras para a aliança da Velha Política, constituída por políticos corruptos, agentes públicos, capitalistas inimigos do capitalismo e corporações de servidores.

Gravemente ferida pelo populismo e alvo da Operação Lava-Jato, a Petrobras iniciou sua reestruturação em 2015, com a mudança de regras de governança. Diante de um governo que fora conivente com o status quo anterior e de um presidente da companhia posteriormente condenado e preso, o progresso realizado foi relativamente pequeno. A partir de 2016, sob nova administração, a reestruturação da empresa ganhou momento, com a definição de plano estratégico, cortes de gastos, implantação de política de preços de mercado para combustíveis e aceleração de desinvestimentos.

Num país com tantas deficiências, não privatizar significa optar por ser mais pobre no futuro

Apesar de auxiliada pela recuperação dos preços do petróleo, a significativa elevação do valor de mercado da Petrobras é o reconhecimento do acerto da gestão da companhia.

Entretanto, na execução do programa de desinvestimentos da Petrobras nota-se, em alguns casos, sinais da influência do Estado fazendo prevalecer interesses estranhos aos dos seus acionistas.

A economia dos recursos minerais ressalta características relevantes dos negócios de petróleo. A exposição à volatilidade de preços recomenda baixos custos operacionais, alavancagem financeira conservadora e dívida de longa duração. A intensidade de capital sinaliza a necessidade de minimizar o custo de capital e de alocá-lo eficientemente, isto é, em ativos onde é possível extrair o retorno mais elevado possível.

O retorno na exploração e produção de petróleo (E&P) tende a ser mais alto do que no refino e distribuição de combustíveis, 15%-20% contra 7%-9% de acordo com estimativas do mercado, dada a escassez relativa de um recurso natural não renovável e a exposição a riscos mais elevados.

O refino é atividade de transformação industrial com o emprego de tecnologia consolidada há longo tempo, em que a gestão da logística e de custos é muito importante. A distribuição de combustíveis é atividade comercial que também requer competências diferentes do que na E&P, tais como marketing e vendas.

Tanto no refino quanto na distribuição, a Petrobras, por razões estruturais inerentes a uma empresa estatal, não demonstrou possuir a competência necessária para ser a dona natural desses negócios.

Portanto, os objetivos de redução da alavancagem financeira e de melhoria da alocação do capital recomendariam a venda integral ou quase integral dos ativos de refino e distribuição.

Adicionalmente, vale relembrar que investidores privados não costumam ser fãs de ações de empresas estatais, costumando requerer descontos para remunerar os riscos derivados dessas sociedades. Foi isso exatamente o que aconteceu no IPO de parcela minoritária do capital da BR Distribuidora.

Recente anúncio revela a intenção da Petrobras na venda de 60% do capital de dois clusters, no Nordeste e Sul do país, compostos por refinarias - representando 37% da capacidade total - e ativos de logística. Assim, a Petrobras ainda reteria 100% da capacidade de refino no Sudeste, nossa região mais desenvolvida, e 67,8% do parque brasileiro de refino.

Ao mesmo tempo, a Petrobras pretende limitar o universo de potenciais compradores a empresas de petróleo verticalmente integradas, deixando de fora, por exemplo, companhias independentes de refino, tradings e investidores institucionais. Evidentemente, tal restrição trabalha contra o objetivo de maximização de valor e acaba subsidiando futuros compradores, que na

presença de menos competição tenderão a adquirir os ativos a preços mais baixos.

Maximizar valor nessas transações passa por deixar funcionar livremente o mercado de controle corporativo. Ativos possuem valores diferentes para compradores diferentes. No caso de uma empresa verticalizada, vislumbrar o investimento num dos clusters como oportunidade em sua estratégia global tenderá a precificá-la, dispondo-se provavelmente a pagar preço superior ao que pagaria, por exemplo, um fundo de private equity.

O investimento futuro dos compradores dependerá de suas expectativas de retorno, em que, entre outros fatores, a visão sobre a ausência da intervenção do Estado sobre os preços de mercado desempenhará papel relevante.

A lição que se retira desses casos é que por melhor que seja a gestão de uma empresa estatal é impossível remover completamente a influência do Estado em suas decisões. Ademais, tratando-se de empresa estatal, sujeita à influência política, nada garante que a boa gestão perdure.

A evidência de muitos anos mostra que embora a sociedade brasileira seja a proprietária das estatais, seu fluxo de caixa costuma ser apropriado em grande parte pelos componentes da aliança da Velha Política. O interesse concentrado nos benefícios privados proporcionados pelas estatais explica porque seus cargos de diretoria são tão cobiçados por políticos bem como porque é forte a oposição à privatização, travestida no manto falso do nacionalismo ou, como no caso da Eletrobrás, da ameaça de suposto aumento futuro de tarifas de energia.

Num país com tantas deficiências em saúde, educação, saneamento básico e segurança pública, com endividamento elevado e crescente e baixa produtividade, definitivamente não faz sentido manter centenas de bilhões de dólares alocados no capital de estatais, exercendo atividades que poderiam ser desempenhadas com sucesso pela iniciativa privada. Não privatizar significa optar por ser mais pobre no futuro.

Roberto Castello Branco é diretor da FGV Crescimento e professor afiliado da FGV-EPGE.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Por Raymundo Costa

Título: PT discute levantar o acampamento

Faz um mês que Lula está preso e o jogo sucessório permanece praticamente inalterado, à espera de uma decisão definitiva sobre a sorte do maior líder popular do país no período pós-redemocratização. Mas há sob a superfície deslizamentos e acomodação de terreno. O ensaio da reeleição do presidente Michel Temer, por exemplo, desandou. No PT se ampliou a divisão entre quem prega o voto nulo, se Lula não puder ser candidato, e aqueles que desde já querem preparar uma alternativa ao nome do ex-presidente.

A recandidatura de Temer está moribunda. No Planalto não se fala em recuo nem em ajuste de posição, mas em "aggiornamento". Não é pela força da candidatura do PSDB que o presidente passou a admitir uma conversa com o ex-governador Geraldo Alckmin - o que pode ocorrer ainda nesta semana - de quem guarda mágoas profundas. É a fragilidade das candidaturas da centro-direita, até agora incapazes de apontar um nome viável à sucessão, que justifica o deslocamento do MDB. Uma atualização de software que já estava disponível há um mês.

O deputado e candidato Jair Bolsonaro (PSL) não é confiável às forças representadas pelos partidos do centro. Também por isso ele não consegue agregar palanques e tempo de televisão a sua candidatura, apesar de estar no mercado há mais de ano e liderar as pesquisas, quando o nome de Lula não aparece na planilha. A candidatura do PDT (Ciro Gomes) está virtualmente consolidada, e Joaquim Barbosa (PSB) surpreendeu nas pesquisas, o que assustou o centro e fez cair fichas no MDB. Ainda assim não é fácil uma aliança tucano-pemedebista, pois há dificuldades nos dois partidos. Lula é uma delas.

Risco é partido cair de graça nos braços de Ciro Gomes

Atualmente há três posições no PT sobre a participação do partido no jogo sucessório, na hipótese de Lula efetivamente não poder ser o candidato. A turma que defende "é Lula ou o voto nulo" perdeu força, segundo os petistas que navegam nas águas mais profundas do partido. A rejeição a Ciro Gomes engrossa o caldo dos que defendem uma candidatura própria, mas ganharam terreno os que consideram que o PT não pode mais perder tempo e deve já preparar um nome até para ser apresentado como candidato a vice numa eventual aliança à esquerda.

Para esse grupo, o PT precisa deixar de ficar sonhando com o que sabidamente não vai acontecer e começar a fazer política. O próprio Lula tem dito que a "narrativa do golpe" não admite outro desfecho que não seja a sua prisão e a não-candidatura. Por fazer política entende-se que o partido não deve ficar xingando Ciro Gomes, para citar um exemplo, mas construir uma alternativa própria, do PT. E logo. Se demorar demais, o risco é o partido cair de graça nos

braços de Ciro Gomes como a única alternativa à direita bolsonarista. É diferente de abraçar Ciro agora.

O problema é que até esta formulação é considerada traição por alas do PT. Os fundamentalistas sabem que dificilmente o Supremo prenderia Lula para depois deixar que ele seja candidato, mas preferem não encarar a realidade. No mundo das coisas concretas os governadores e ex-governadores petistas estão fazendo política, as alianças mais convenientes a cada um. E hoje, no PT, quem tem ainda poder de fato, dispõe de contato empresarial e pode fazer algum tipo de gestão são os governadores e ex-governadores do partido. "O PT não pode ficar acampado em Curitiba", é a figura de linguagem usada por um petista com pedigree e que em hipótese alguma poderia ser classificado como alguém desleal a Lula.

Uma das ideias é liberar pessoas para viajar pelo país. Pode ser o ex-ministro Jaques Wagner ou o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad. Lula é popular e lidera as pesquisas de opinião. Mas Haddad e Wagner mal passam de traço e precisam se apresentar até para se credenciar para eventual vice de Ciro ou outro candidato. Haddad, inclusive, teria uma boa justificativa: o próprio Lula delegou a ele a coordenação do programa de governo do PT, o que abre as portas para o ex-prefeito com os outros candidatos considerados do campo da esquerda, como Ciro, Manuela D'Ávila (PCdoB) e Guilherme Boulos (PSOL), mas também com os governadores do PT.

Haddad poderia marcar reuniões com as equipes dos governadores, ouvir o que eles têm a dizer e as demandas de cada um. Iria numa sexta, conversaria com deputados, lideranças e no sábado faria um debate com o governador e sua equipe. Evidentemente haveria especulação, mas ele estaria se colocando sem estar efetivamente se pondo como candidato, e ocupando um espaço que, com o tempo, enquanto o PT está acampado em Curitiba, será fatalmente preenchido por Manuela, Boulos e Ciro.

Se Lula sair da cadeia e conseguir se candidato sub judice quem estiver em campanha desarma a barraca e pronto. Sem drama. Não é traição. E muda todo o quadro sucessório. Será legítimo, então, perguntar até onde vão as candidaturas de Manuela, Boulos e do próprio Ciro.

Mitos

Quem sabe do riscado diz que há pelo menos quatro mitos rondando a campanha sucessória: Alckmin vai explodir nas pesquisas, Bolsonaro vai desmoronar, Lula não transfere votos e Joaquim Barbosa ainda não decidiu se é ou não candidato.

Moreira

Há pelo menos três versões na praça para a saída do **Ministro Moreira Franco** (Secretaria Geral da Presidência) do Planalto: saiu para acabar com a cantilena da reeleição; para se fortalecer ante o Ministério Público Federal numa pasta que não é questionada no Judiciário ou ainda para assegurar a privatização da Eletrobrás. Moreira continua assíduo do Jaburu e pode apoiar uma aproximação MDB-PSDB; o foro especial periga no Supremo e a privatização da Eletrobrás empacou na Câmara. Há uma quarta razão: ele teria ido para Minas e Energia a fim de evitar que outras alas do MDB acampassem no ministério.

Raymundo Costa é repórter especial de Política, em Brasília. Escreve às terças-feiras

E-mail: raymundo.costa@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Claudia Safatle | De Brasília

Título: Cade vai votar ação da Âmbor contra Petrobras

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deve votar, amanhã, o recurso voluntário para medida cautelar da Âmbor, empresa de energia da J&F, holding que controla a JBS, para que a Petrobras forneça gás este ano, através de um contrato e a preço de mercado para usina Térmica de Cuiabá, controlada pela Âmbor.

A usina está sem contrato de fornecimento de gás desde junho de 2017, quando a Petrobras rescindiu o que estava em vigor sob a alegação de que a Âmbor infringiu a cláusula anticorrupção. Atos ilícitos foram admitidos nas delações de executivos do grupo J&F ao Ministério Público Federal algumas semanas após sua assinatura.

A Âmbor argumentou que a J&F já celebrou acordo de leniência com o Ministério Público Federal, tornando-se, portanto, apta a fazer o negócio. Ela obteve do MPF, inclusive, um atestado de que está cumprindo os termos do programa de compliance. A Petrobras, porém, não reconheceu nem acatou o acordo do MPF.

No sorteio feito na semana passada, o processo será relatado pela conselheira Cristiane Alkmin. O pedido de medida preventiva da empresa de energia foi arquivado, de forma surpreendente, no início de abril pela Superintendência Geral do Cade.

A Âmbar vem, desde 2015, travando uma queda de braço com a Petrobras para ter o suprimento do insumo para a térmica sob o argumento de que todo o gás boliviano, vendido ao Brasil, tem sido feito por meio da estatal. Até fevereiro de 2016, a Petrobras arrendava a usina, quando teve que entregá-la ao seu novo dono, a J&F.

Sem um contrato de fornecimento de gás a térmica não pode fazer parte do Operador Nacional do Sistema (ONS) e opera somente no mercado "spot".

Um argumento a favor da usina é de que ela é uma empresa eficiente, que produz 480 MW e cuja oferta de energia pode influenciar o preço ao consumidor final. Ou seja, sem a sua produção e com a entrada do período da seca, o preço da energia pode subir.

O caso, por tudo o que representa, é político. Segundo delação de Joesley Batista, da J&F, o presidente Michel Temer iria receber até 5% do lucro da operação da térmica que pertence ao grupo, caso na ocasião houvesse decisão do Cade contra o monopólio da Petrobras no fornecimento de gás à usina.

O julgamento do Cade, porém, tem que ser técnico, com base nas informações de ambas as empresas e conforme dois requisitos básicos para obtenção de cautelar: "periculum in mora" e "fumus boni iuris", ou perigo da demora e fumaça do bom direito, respectivamente. O "perigo de demora" deve atestar o dano próximo da não concessão da preventiva; e a "fumaça do bom direito" refere-se ao fato de haver algo de estranho no ar. Ou seja, é preciso entender quais as verdadeiras razões para que a Petrobras se recuse a fornecer gás a essa empresa e não faça o mesmo com as demais, o que sugeriria uma atitude anticoncorrencial da estatal.

Nas inúmeras idas e vindas em torno da negociação de um contrato entre a Âmbar e a Petrobras para fornecimento de gás à usina, a estatal chegou a propor o modelo NPP (Novo Produto Petrobras), pelo qual a estatal compraria o gás boliviano por um preço e o venderia 40% mais caro para a térmica - com uma margem de lucro substancial, portanto, para a petroleira que faria somente o papel de "trader". Esse negócio não prosperou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Energisa e Eletropaulo

O grupo Energisa saiu da disputa pela Eletropaulo por prudência financeira, informou a companhia. De acordo com a empresa, os níveis das ofertas concorrentes ultrapassam o que o grupo entende "ser razoável" para a atividade de distribuição de energia. Na sexta-feira, a Energisa havia comunicado ao mercado a revogação da oferta pública para aquisição do controle acionário da distribuidora paulista. A empresa apresentou uma oferta de cerca de R\$ 3,2 bilhões e destacou que sua proposta era "baseada em análise criteriosa das potencialidades e riscos do ativo de distribuição de energia elétrica". Enel e Neoenergia devem continuar na disputa. As duas têm até dia 24 para apresentarem suas propostas finais. A processo será concluído em junho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Camila Maia | De São Paulo

Título: Raízen investe em comercialização de energia elétrica

João Abreu, vice-presidente da Raízen: a tendência global de 'eletrificação da matriz energética' justifica o investimento

Reforçando a estratégia de se consolidar como uma empresa relevante também no setor de energia elétrica, a Raízen vai entrar no segmento de comercialização, por meio de uma parceria com a empresa local WX Energy.

O objetivo é se posicionar para o que a companhia vê como uma "tendência universal de eletrificação da matriz de energia global, com uma demanda cada vez maior por energia", disse, em entrevista ao **Valor**, João Alberto Abreu, vice-presidente executivo de etanol, açúcar e bioenergia da Raízen.

Com pouco mais de três anos de atuação, a WX Energy, comercializadora fundada por Daniel Sica e Luiz Henrique Macêdo, atingiu a marca de 4 mil gigawatts-hora (GWh) negociados em 2017, com faturamento de R\$ 1,1 bilhão no período. A Raízen vai passar a ter 70% na "nova" WX Energy, sendo que os atuais sócios da comercializadora ficarão com os 30% restantes.

A controlada da Cosan e da Shell não informa o valor do investimento, mas trata a empreitada como uma joint venture no segmento de comercialização de energia.

A tendência de expansão do mercado livre de energia também justifica a decisão pelo investimento. Hoje, o mercado livre representa cerca de 30% dos contratos de energia, sendo que os 70% restantes estão no mercado regulado, das distribuidoras. "Vemos o livre alcançando um equilíbrio com o regulado", disse Abreu.

"O mercado de energia brasileiro deve ficar cada dia mais sofisticado e livre, em função não apenas de novas plataformas, mas também por mudanças no marco regulatório", afirmou.

Segundo Abreu, o grande segmento de atuação da nova comercializadora será nos negócios de compra e venda de energia, atividade já explorada pela WR Energy, que é especializada em "precificar o clima" e fazer a gestão de risco dos contratos de energia.

Meta é que essa nova atividade passe a representar metade do negócio de energia da empresa no longo prazo

A Raízen não descarta, porém, investir em novos ativos de geração voltados para o mercado livre, e também avalia diversificar a atuação da comercializadora para se focar também na gestão de clientes. De acordo com Marcelo Couto, diretor de bioenergia e de fusões e aquisições na Raízen, a comercializadora pode aproveitar, por exemplo, a carteira clientes industriais da companhia, além dos mais de 6.500 postos de gasolina.

No médio a longo prazo, a ideia é que as atividades de comercialização de energia representem metade do negócio do seu braço Raízen Energia. Nos nove primeiros meses do ano fiscal 2018, concluído em dezembro, a empresa somava receita líquida de R\$ 5 bilhões, e lucro líquido de R\$ 372 milhões. No mesmo período, o Grupo Raízen como um todo, incluindo a Raízen Combustíveis, somou uma receita de R\$ 63,4 bilhões, e lucro líquido de R\$ 1,6 bilhão.

Hoje, a Raízen tem 1 gigawatt (GW) de potência instalada em ativos de geração de energia por meio de usinas térmicas a biomassa, que utilizam o bagaço da cana-de-açúcar. Cerca de um terço da energia gerada é consumido pelas atividades da própria companhia. Do restante, cerca de 70% está contratado por meio de leilões das distribuidoras, e os outros 30% são comercializados no mercado livre.

Não necessariamente essa energia descontratada será comercializada exclusivamente via a nova comercializadora do grupo, uma vez que a estratégia vai depender dos preços de energia e das condições de mercado.

O mesmo vale para eventuais novos ativos de geração nos quais a Raízen venha a investir. Como a companhia tem ao redor de 500 mil hectares de terras, grande parte cercada por projetos de geração já interligados ao sistema, pode haver sinergias em futuros projetos de geração solar. O modelo de novos projetos deve ser "híbrido", com a venda de um percentual dos ativos em leilões regulados, que garantem um contrato de longo prazo. "Mas sempre com um

percentual voltado para o mercado livre, que sempre dá a oportunidade de aproveitar as volatilidades de preços", afirmou.

A Raízen também tem interesse em desenvolver uma plataforma de projetos de geração distribuída, o que pode agregar valor à atividade de energia

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho, Maria Luiza Filgueiras e Stella Fontes | Do Rio e de São Paulo

Título: BR revisa negócios e avalia parcerias na rede de postos

Concluída sua abertura de capital, no fim de 2017, a BR Distribuidora se prepara neste ano para avançar na revisão de alguns dos seus negócios. A exemplo de sua controladora, a Petrobras, a distribuidora estrutura sua carteira de desinvestimentos, ao mesmo tempo em que busca parceiros para áreas estratégicas. Na área de lojas de conveniência, ao menos duas empresas, a americana 7-Eleven e a brasileira Lojas Americanas, já abriram conversas com a BR.

Segundo três fontes com conhecimento do assunto, a 7-Eleven, especializada em lojas de conveniência, já procurou a distribuidora para discutir uma parceria. A Lojas Americanas também tem interesse na rede, mas, nesse caso, o interesse é em uma aquisição da rede - o que demandaria uma segregação ("spin-off") dessa operação da BR.

Por preferir ser compradora e já ter engatado uma conversa com a BR, a Lojas Americanas chegou a recusar recentemente uma proposta de uma concorrente da BR, o grupo Ultra, dona da rede Ipiranga. O **Valor** apurou que, há dois meses, o Ultra procurou os controladores da varejista carioca, para compra da LASA, mas as conversas não foram avançaram.

Procuradas, 7-Eleven e Lojas Americanas não deram retorno. O grupo Ultra não comentou.

O diretor de rede de postos da BR Distribuidora, Marcelo Bragança, disse que a proposta do novo modelo de negócios da área de conveniência deve ser levada à deliberação do conselho de administração da companhia nos próximos meses.

"Seguimos trabalhando na análise de potenciais parceiros. Já há alguns acordos de confidencialidade assinados. Estamos na fase de contratação de um assessor financeiro que nos apoiar nas discussões daqui para frente. Já tivemos uma primeira discussão preliminar com a diretoria e conselho, mas precisamos

avançar em alguns pontos", disse o executivo, em teleconferência com analistas.

Em 2017, a rede de conveniência da BR Distribuidora, a BR Mania, atingiu a marca de 1.348 lojas, mas ainda tem um tamanho aquém do potencial da marca BR, líder no mercado de distribuição de combustíveis. A empresa possui a segunda maior rede de lojas de conveniência, com 17,6% de participação na área, atrás da Ipiranga (28,3%), segundo os dados mais recentes da Associação Nacional das Distribuidoras de combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), de 2016.

A expansão da rede de conveniência está em linha com a busca por melhorias na rentabilidade dos negócios da empresa. A venda de combustíveis, em si, trabalha com margens baixas. O que gera maior rentabilidade à atividade é a oferta de produtos e serviços adicionais que gera fluxo maior nos postos. O grupo Ultra, por exemplo, tem instalado farmácias da rede Extrafarma em seus postos Ipiranga em São Paulo e está testando também uma maior oferta de produtos nas lojas de conveniência.

Presidente da BR, Ivan de Sá, destacou ontem que a busca por melhorias na rentabilidade é, justamente, "um dos pilares do plano de negócios da empresa".

Em paralelo à busca por parceiros para a BR Mania, o diretor financeiro e de relações com investidores da distribuidora, Rafael Grisolia, disse que a companhia continua trabalhando na revisão de sua carteira de ativos. A empresa tem a intenção de se desfazer de alguns, dentre eles os negócios de asfaltos e a distribuidora de gás canalizado do Espírito Santo (BR-ES).

Grisolia disse que o ativo de asfaltos se trata de um negócio "interessante e com boa rentabilidade", mas que "não necessariamente faz parte da estratégia de longo prazo" da companhia. Ele também comentou que a BR está concluindo com o governo capixaba a criação de uma empresa mista de gás no Estado que permitirá à empresa, em seguida, vender o ativo.

A concessão da BR-ES, controlada 100% pela BR, era alvo de contestação por parte do governo capixaba, que em 2015 propôs a anulação do contrato. Em 2016, em meio à disputa, a BR e o governo estadual se comprometiam a unir esforços para criação de uma sociedade de economia mista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Estaleiros veem chance de voltar a atender Petrobras

A Petrobras ainda avalia que modelo adotará para contratação das plataformas previstas para operar a partir de 2023, informou ontem a empresa. A estatal cogita tanto afretar quanto retomar a contratação de unidades próprias, enquanto ainda se esforça para mitigar os impactos dos atrasos de sua última grande encomenda de plataformas próprias, feita há mais de sete anos atrás.

Nos últimos anos, desde que o projeto de nacionalização das replicantes (plataformas com mesmas características, encomendadas junto aos estaleiros nacionais) foi desmantelado e muitas das obras foram enviadas ao exterior, a Petrobras vem optando pelo afretamento. Essa foi a opção, por exemplo, para os campos de Mero (parte noroeste da área de Libra) e Sépia, ambos no pré-sal da Bacia de Santos, e as duas últimas embarcações contratadas pela companhia.

A indústria naval acompanha os estudos da Petrobras de perto. Em entrevista ao jornal "O Globo", o diretor de desenvolvimento da produção e tecnologia da Petrobras, Hugo Repsold, disse que a empresa vai mapear a situação dos estaleiros brasileiros e que cogita voltar a contratar no país suas novas unidades.

Vice-presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval e Offshore (Sinaval), Sérgio Bacci afirmou que espera que a sinalização dada pela Petrobras, de que cogita voltar a contratar parte de suas plataformas no mercado nacional, se converta em oportunidades de negócios já nos próximos dois anos. Desde a eclosão da Lava-Jato, em meio a atrasos na execução dos projetos e decisão da petroleira de afretar suas plataformas no exterior, os estaleiros brasileiros viram suas encomendas secarem.

"Uma plataforma leva três anos para ser construída. Se a Petrobras tem a intenção de contratar no Brasil [para projetos previstos para a partir de 2023], esperamos que ela seja ágil para colocar essas licitações no mercado", disse Bacci.

Se optar pela encomenda de unidades próprias, será a primeira contratação do tipo depois do projeto das replicantes, que levaram cerca de sete anos para ficarem prontas.

Os oito cascos das replicantes foram encomendados ao estaleiro Ecovix, da Engevix, em 2010, e as obras de construção e integração dos módulos foram contratadas junto a uma série de estaleiros espalhados por todo o país, a fim de incentivar a indústria naval brasileira.

A expectativa inicial da Petrobras era que todas as oito unidades ficassem prontas em 2017, mas até o momento apenas uma entrou em operação: a P-66, que começou a produzir em 2017, com dois anos de atraso.

"O atraso foi oriundo das mudanças nos projetos que foram feitas no meio do caminho", defendeu Bacci.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Por Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Melhoram perspectivas para a cogeração

O ritmo de expansão da capacidade de cogeração de energia a partir do bagaço da cana nunca esteve tão fraco desde que o segmento começou a investir na atividade com mais força, no início da década passada. No entanto, os últimos leilões de geração já apresentaram um cenário mais previsível e rentável, o que poderá estimular uma retomada dos aportes, de acordo com analistas e executivos.

Neste ano, a fonte "biomassa" (que também inclui outras matérias-primas, embora sejam menos expressivas que a cana) acrescentará apenas 58 megawatts (MW) de potência à matriz energética do país, segundo levantamento da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) a partir de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Será o menor incremento de capacidade pelo menos desde 2002 (*ver infográfico*).

De todo o crescimento de capacidade de geração de energia elétrica no país neste ano, a biomassa responderá por apenas 1%.

Essa quase estagnação da cogeração é reflexo da falta de incentivos nos últimos quatro a seis anos, quando praticamente não houve leilões direcionados para a fonte biomassa, afirma Zilmar de Souza, gerente de bioeletricidade da Unica. Segundo ele, os leilões realizados no período tinham preços "erráticos" e "declinantes", sem uma "política de previsibilidade" para a realização dos certames.

Mais recentemente, porém, o preço da energia no mercado livre passou a oferecer uma melhor remuneração, colaborando inclusive para fortalecer os balanços das usinas. Mas ainda não é suficiente para incentivar aportes expressivos em expansão de capacidade. Segundo Souza, a contratação de energia no ambiente regulado é a forma mais segura de incentivar investimentos, já que os contratos de longo prazo servem como garantia para tomar financiamentos no BNDES. Já o mercado livre não oferece essa garantia.

Os últimos leilões foram um alento para as usinas. No leilão A-6 realizado no ano passado, que negociou contratos de energia de cinco novos empreendimentos com início de fornecimento em 2023, os projetos de

cogeração a partir de bagaço de cana terão uma receita fixa de R\$ 237,28 por megawatt-hora (MWh), já somado o Custo Econômico de Curto Prazo (CEC), de acordo com a consultoria FG/A.

Esse patamar de remuneração, embora não tenha sido o maior dos leilões dos últimos dois anos, já está bem acima do preço inicial oferecido, por exemplo, no leilão A-5 de 2013 - cujos projetos contratados estão começando a entregar energia neste ano -, que ficou em torno de R\$ 133 o MWh.

Para o próximo leilão, em agosto, Zilmar acredita que o número de projetos de cogeração cadastrados poderá ser maior que no último, de abril, quando foram cadastrados 28, totalizando 1.423 MW de acréscimo de potência instalada.

Mas há também investimentos em cogeração que têm sido realizados para turbinar a capacidade de geração de caixa das usinas, sobretudo as que já tem alguma unidade de cogeração e querem aumentar sua capacidade.

A FG/A tem notado um aumento na demanda por esse tipo de investimento. Atualmente, a consultoria está assessorando projetos que totalizarão investimentos de R\$ 605 milhões em cogeração, mais que em anos anteriores, afirma Lucas Burin, sócio da consultoria.

Esses aportes estão sendo tocados por dez empresas, mas apenas quatro estão investindo porque negociaram em leilão. Segundo Burin, muitas empresas do segmento têm investido em aumento de eficiência energética dentro da usina, o que leva a uma "sobra" de vapor para destinar à cogeração. "Essa energia adicional acaba indo para o mercado livre, e não necessariamente é pouca energia", diz.

Burin avalia que esse tipo de investimentos em cogeração foi, em alguma medida, preservado nos últimos anos, já que a venda de energia oferece margens elevadas. "O custo adicional para uma usina produzir e vender energia é marginal, porque ela já tem o bagaço".

MME / ASCOM .